

2.2. A leitura como ato político e a (in)formação no mundo digital

Hudson dos Santos Barros²

Resumo: São notórias as vertiginosas revoluções socioculturais empreendidas pelo uso das tecnologias de rede a partir da integração entre o mundo digital e o orgânico. Integração conflitante e complementar que tem influenciado significativamente a relação do ser humano com o conhecimento, em especial perante a chamada política da pós-verdade, em que a racionalidade e o factual têm sido frequentemente desconstruídos. Em meio a esse desconcerto da ordem lógico-discursiva, a leitura da textualidade digital tem sido uma competência decisiva para a aceitação passiva ou para o enfrentamento das imposições e rupturas da desinformação em massa presente na rede. É diante de tais conjunturas que este artigo apresentará estudos, análises e propostas acerca da relação entre as tecnologias digitais de rede, a cognição e a leitura, objetivando demonstrar a relevância singular da dimensão política do ato de ler em um cenário de debilitação da atenção, dispersão intelectual e distorção epistemológica. Pretende-se apresentar aqui as características dessa dimensão política como base para discussão do papel da leitura como uma prática discursiva de enfrentamento capaz de (re)constituir valores culturais e subjetividades.

Palavras-chave: leitura; formação; política; tecnologia; redes.

Abstract: The vertiginous socio-cultural revolutions undertaken by the use of network technologies from the integration between the digital and the organic world are notorious. Conflicting and complementary integration that has significantly influenced the relationship of the human being with knowledge, especially in the face of the so-called politics of post-truth, in which rationality and the factual have often been deconstructed. In the midst of this bewilderment of the logical-discursive order, the reading of digital textuality has been a decisive competence for passive acceptance or confrontation of the impositions and ruptures of mass disinformation present in the network. It is in the face of such conjunctures that this article will present studies, analysis and proposals about the relationship between network technologies, cognition and knowledge, aiming to demonstrate the singular relevance of the political dimension of the act of reading in a scenario of debilitation of attention, intellectual dispersion and epistemological distortion. It is intended to present here the characteristics of this political dimension as a basis for discussion of the role of reading as a discursive event capable of (re)constituting cultural values and subjectivities.

Keywords: reading; education; politics; technology; networks.

Introdução

As múltiplas e contínuas revoluções das tecnologias digitais informação e comunicação têm influenciado amplamente os hábitos de compreensão e apreensão de informações. As telas e suas demandas de interação têm, ao longo dos anos, moldado

² Professor Doutor da Faculdade de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Faeterj, campus Paracambi) e das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FICs). E-mail: hsbrush@gmail.com.

nosso comportamento, influenciando amplamente a capacidade de concentração e, conseqüentemente, o ato de ler. Neste cenário digital onipresente, a leitura superficial e acelerada predomina cada vez, afetando a cognição, o uso da memória e das competências vinculadas à análise crítica dos fatos. Realidade essa que, nos últimos anos, tem atingido sociedades em escala global e causado intensas mutações em suas conjunturas políticas.

Tais revoluções tecnológicas demandam necessariamente um novo condicionamento do corpo humano. É o que atestaram estudiosos de diversas épocas e áreas do conhecimento, tais como McLuhan, Simondon, Lévy, Carr, Han, entre outros. Simondon já alertava na década de 1950 acerca do perigo de tratar o objeto técnico como estrangeiro, ou seja, como matéria desprovida de significado. Para o estudioso, a vinculação entre o humano e a máquina não pode ser reduzida ao aspecto utilitário: mais do que servir e produzir, a máquina condicionaria gestos e hábitos humanos, podendo representar uma ameaça ao ser humano. Para Simondon, os objetos técnicos são mediadores que viabilizam novas potencialidades do corpo, assim como novas relações com a natureza e a cultura. Segundo McLuhan (s/d, p. 63) “Qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto-amputação (sic) de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo.” Segundo o filósofo, a tecnologia transforma e é transformada pela ação humana. Como extensão do corpo, seus efeitos perpassariam os sentidos e as faculdades intelectuais, ampliando e reduzindo habilidades. Se de um lado revitaliza a força de produção e interação humanas, por outro provoca o entorpecimento da reflexão (“da consciência integral”) do ser humano sobre si próprio. Tanto Simondon quanto McLuhan estão de acordo com Lévy, que anos mais tarde cunharia o conceito de “cibercultura” e estudaria as implicações culturais do uso das redes digitais. De acordo com Lévy (1999), o uso intensivo das ferramentas constitui os modos de agir e pensar humanos, por esse motivo a tecnologia é parte essencial dos fenômenos socioculturais. No campo da realidade virtual, conforme ressalta Lévy, tais mudanças possuem um ritmo mais acelerado e projetam contínuos e novos padrões de comunicação e integração entre o corpo e o sistema cognitivo. Tecnologia essa que abrange um conjunto complexo de processos cujos efeitos não se poderia determinar por completo.

O panorama delineado até aqui enseja os objetivos deste artigo: apresentar os efeitos das tecnologias digitais de rede na cognição e na leitura, bem como a relevância

da dimensão política do ato de ler no atual cenário global de desatenção, dispersão intelectual e distorção epistemológica impulsionado pela *web*. As duas primeiras partes do artigo se concentrarão na relação entre essas tecnologias, a construção do conhecimento e a ordem lógico-discursiva da textualidade digital do “mundo pós-verdade”. A partir desse percurso, serão demonstradas as características da leitura como prática vinculada às transformações sociopolíticas de uma cultura, em especial o seu aspecto político. O texto finalizará com considerações a respeito dessa dimensão política e sobre o papel da leitura como uma prática discursiva capaz de combater as armadilhas tecnológicas responsáveis pelas imposições e rupturas da desinformação em massa presente na rede.

1. Leitura, cognição e tecnologia

Com o avanço da internet e demais tecnologias a ela vinculadas, o corpo adquire, ao mesmo tempo, novas extensões produtivas e novos hábitos. A *web* tem reconfigurado movimentos, percepções e viabilidades de interação do corpo humano, de modo a integrar essencialmente o mundo orgânico e o digital. Han (2022) afirma que a digitalização do mundo tem alterado substancialmente a convivência e a percepção humanas. Conforme argumenta, o mundo digital tem submetido a sociedade a um frenesi comunicativo que tem ocasionado amplas mudanças na racionalidade: no lugar do pensamento reflexivo, estariam imperando a distração associada ao infoentretenimento, à produção acrítica de conteúdos e à fragmentação do conhecimento e da linguagem, cenário esse que Han (2022, p. 32-36) denomina de “regime da informação”. O filósofo afirma que, sob o regime da informação, o *smartphone* e o *touchscreen* não submetem seus usuários por meio da passividade provocada pela televisão e demais meios de comunicação de massa dominantes no século XX; no lugar dessa passividade, destaca-se a produção digital contínua da informação influenciada pelo estímulo emocional ao consumo acelerado, pela comunicação viral de conteúdos, pela espetacularização e, principalmente, manipulação e distorção dos fatos. Esse estado de coisas teria acarretado uma transformação na racionalidade: a ação racional, que demanda maior tempo de reflexão e decisão, estaria perdendo espaço para a comunicação afetiva cujos efeitos se notariam na decadência da lógica discursiva e da validade analítica dos fatos.

Tais reflexões indicam que, no mundo das telas, o pensamento reflexivo estaria sendo frequentemente substituído pela distração e pela superficialidade. Ideias essas que vão ao encontro dos estudos apresentados por Carr sobre a internet e seus efeitos na cognição humana. A internet, além dos benefícios oriundos do hipertexto, da interconectividade e da multimodalidade, tem modificado, ao longo dos anos, faculdades intelectuais que demandam maior complexidade e tempo das ações mentais. Transformações que atingiram a leitura, a memória e o raciocínio analítico-contemplativo. Carr (2011) explica que, embora a internet tenha aperfeiçoado o acesso à informação, ela alterou a capacidade humana de concentração: “Quanto mais usam a web, mas têm que se esforçar para permanecerem focados em longos trechos de escrita.” (CARR, 2011, p. 19) Ou seja, um novo padrão mental imposto pela *web* baseado na procura acelerada da informação estaria afetando o modo como se leem e analisam textos verbais e não verbais. É o que reconhece também Vergnano-Junger (2016) ao dissertar sobre a debilitação do processo leitor na era da informação e o fato de o mundo digital impor novos desafios à leitura e ao letramento. A pesquisadora destaca os múltiplos fatores entrelaçados nesse processo, tais como a fragmentação de dados, a imprecisão de fonte e autores, o estresse cognitivo diante da grande quantidade de informações, os novos gêneros textuais e usos da língua e a mescla entre o verbal e o não verbal. Ela argumenta ainda que, diante de tais desafios, “os leitores precisam desenvolver estratégias de inferência, seleção, avaliação e controle refinadas aguçadas.” (VERGNANO-JUNGER, 2016, p. 11) Afirma que o leitor deve aprender a transitar entre a cultura digital e a impressa sem reduzir a leitura a um caráter meramente instrumental. Em outras palavras, mais do que acumular dados e informações, o ato de ler deve também ser desafiador e promover o desenvolvimento do pensamento.

Carr (2012, p. 195) afirma que a leitura rápida tem se tornado dominante, afetando habilidades de compreensão mais profunda dos fatos. Habilidades que proporcionam conexões mentais mais significativas e associadas à análise indutiva, ao pensamento crítico, à imaginação e à reflexão. Carr (2011, p.172) esclarece que o sucesso do aprendizado está relacionado à capacidade de transferência de informações da memória de trabalho para a memória de longo prazo (sede do conhecimento). Explica ainda que, com a concentração, esse processo ocorre de forma lenta e com base em ricas associações mentais. Em razão da sobrecarga de conteúdos aos quais o cérebro é exposto na rede, a

memória de trabalho atinge seu limite e não consegue realizar esse processo de forma eficaz. Essa concepção de sobrecarga de informações já estava presente nas reflexões de Lévy (1999, p. 29-30) na década de 1990 quando este afirmava que o ciberespaço era um “pharmakon”, palavra grega que significa concomitantemente veneno e remédio. Segundo previa o pesquisador, a então denominada “inteligência coletiva”, que ele considerava como motor da cibercultura, poderia promover uma sinergia de competências e modos de cooperação flexíveis e transversais; do mesmo modo, Lévy reconhecia seus efeitos negativos, tais como o isolamento das pessoas, sobrecarga cognitiva, dominação e exploração de potências econômicas e a multiplicação de tolices coletivas. Tais efeitos estão de acordo com o que Han (2022, p. 57-68) denomina de “racionalidade digital”, isto é, uma forma de racionalidade cujo foco está no intercâmbio de informações e não no discurso, cuja essência é a fundamentação lógica e autonomia crítico-analítica do indivíduo. Para elucidar esse conceito, o filósofo denuncia a atual força impositiva dos algoritmos e da inteligência artificial cuja base conceitual seria a negação da liberdade e da autonomia individual pelo uso maquinal e massivo dos dados. Na chamada sociedade da informação, a sociedade funcionaria como um organismo que poderia ser entendido e controlado a partir do volumoso e crescente volume de dados disponibilizados pela própria ação humana. Segundo Han, diante da multiplicação viral, breve, simplificada e, por vezes, distorcida dos conteúdos na rede, torna-se cada vez mais difícil a compreensão (e exposição) ordenada e coerente de ideias, conjuntura essa que viabilizaria a injeção algorítmica e as ações automatizadas decorrentes desta. O pensamento crítico seria, assim, destronado pela reprodução maquinal de atos e informações, orientando corpo e mente no espaço da superficialidade ao mesmo tempo orgânica e digital.

2. Desinformação e formação no mundo digital

Em entrevista ao jornal *El País*, em 01 de julho de 2021, Pierre Lévy fala, entre outros assuntos, sobre a relação entre as tecnologias digitais de rede e a cognição e a responsabilidade do ser humano no uso dessas ferramentas. O pesquisador ressalta que a internet, como principal infraestrutura de comunicação humana, potencializa a linguagem e, por conseguinte, condiciona e transforma a ordem econômica, política e cultural. Acrescenta mais adiante que as tecnologias de rede possibilitaram um aumento da cognição e cita como exemplo da externalização da memória nos meios digitais pelo

Google. Lévy reconhece, no entanto, que a rede é também um espaço de mentira e manipulação, visto que a natureza humana não se transformou. Embora o filósofo veja as possibilidades positivas de aprendizagem das tecnológicas digitais, principalmente nas ciências humanas e sociais, concorda com o entrevistador no que se refere à relação entre a elevada quantidade de estímulos da rede e o grande déficit de atenção causado por esses estímulos. Assim responde: “Você pode receber uma avalanche de dados e informações, mas se não tiver cultivado sua capacidade de atenção não tem nada a fazer com tudo isso. Mas não só. Além disso é necessário reforçar nossa capacidade de estabelecer prioridades.” (LÉVY, 2023).

É o que também alerta Kakutani (2018, p. 150-152)) ao explicar que a fé no aumento do potencial humano nos primórdios da internet resultou em distração nervosa e excesso de informação. A autora destaca o império dos conteúdos virais que exploram emoções como medo, revolta e ansiedade, bem como a expansão rápida e incontrolável das *fake 20eix*. Conforme explica Kakutani (2018, p. 155), as grandes empresas de tecnologia objetivam maximizar o engajamento dos usuários e, para isso, apelam para emoções primárias com base em uma ampla coleta de dados que viabilizam o isolamento das pessoas em bolhas de informação. Anúncios e conteúdos personalizados, assim como mecanismos de recomendação de vídeos e sites são ferramentas atuais que incitam e reúnem preferências, sentimentos e alinhamentos ideológicos. Ao mesmo tempo, distanciam pessoas e provocam desinformação em massa. Nessa mesma linha de pensamento, Han (2022, p.70-71) afirma que há atualmente um novo niilismo impulsionado pela web, que o autor considera como uma distorção patológica da sociedade da informação. Sociedade caracterizada cada vez mais pela ausência de crença na facticidade e pela perda do mundo comum em decorrência de uma ordem digital que debilita a atenção, a racionalidade e a distinção entre verdade e mentira. Para o autor, no mundo contemporâneo, a verdade se dilui no ruído da informação (HAN, 2022, p. 92). Assim como Kakutani, o filósofo considera esse estado de coisas como “degeneração”.

Uma das principais referências na imprensa sobre essas reflexões é a matéria da revista *The Economist*, do dia 10 de setembro de 2016, acerca da chamada política da pós-verdade (*post-truth politics*). A matéria aborda as principais linhas de ação das estratégias políticas utilizadas por Trump e demais líderes (como Turquia, Polônia e Rússia), estratégias essas baseadas na criação de uma realidade paralela cujo objetivo é

incitar emoções e reforçar preconceitos em seus interlocutores. Conforme explicado, na pós-verdade, os fatos não são falsificados, mas reinventados. Mais importante do que a facticidade é a adesão dos apoiadores por meio de um apelo aos sentimentos, como a raiva e a frustração. De acordo com o texto, essa política está relacionada com a evolução da mídia e, principalmente, com a fragmentação das fontes, cuja consequência é construção de um mundo atomizado em que informações inverídicas se espalham com grande velocidade. Nos grupos digitais, as mentiras compartilhadas adquirem maior credibilidade do que aquelas divulgadas na imprensa tradicional e conhecimentos científicos se tornam uma mera questão de percepção ou crença subjetiva. A complexidade do mundo reduz-se a simples máximas ou explicações baseadas no consenso (e proteção) de uma coletividade unida em torno de um conjunto ideias dogmáticas. Entre as consequências disso, estão a alienação, a ausência de crença nas instituições, o radicalismo, a violência e a disfuncionalidade do sistema político. O debate cede lugar à ilogicidade e ao silenciamento do outro, que de acordo com as circunstâncias pode ser considerado uma ameaça ou um inimigo.

Segundo Kakutani (2018, p. 177), o objetivo da propaganda política digital é “esgotar o pensamento crítico para aniquilar a verdade”. Escreve ainda: “Na era digital, semear a confusão on-line em meio a uma enxurrada de informações errôneas e desinformação está se tornando a principal tática de propagandistas em todo o mundo (...)”. (KAKUTANI, 2018, p. 178) A autora explica que as mídias alternativas buscam a propagação do ódio, de desinformação e a provocação de adversários. O objetivo final seria a destruição das instituições, do *establishment*. A presença dos mesmos conteúdos falsos em múltiplos canais nutririam uma percepção de consenso e facticidade, impedindo que a informação verdadeira alcance determinados grupos. Conforme escreve Kakutani, tais ações articuladas, cuja inspiração e técnicas remontam à Lênin e Hitler e hoje são empreendidas por grupos políticos de extrema-direita ao redor do mundo, tem como base o convencimento de seu público por meio da repetição de fórmulas estereotipadas e do ataque contínuo, por meio de slogans, aos adversários. Para os grupos políticos extremistas, a “verdade racional” não importa, mas sim a mobilização das massas por intermédio do caos e do ódio, engendrados por um conjunto sistêmico de ações virtuais fundamentadas na permanente manipulação movida pelo excesso de informações detratadoras e desviantes. (KAKUTANI, 2018, p. 169-184)

A propaganda massiva impulsionada de forma contínua e estratégica nas redes sociais tem destruído referências de conhecimentos básicas e a própria coesão social a respeito de temas e saberes norteadores dos principais valores civilizacionais. A racionalidade científica é frequentemente confrontada por exaltados discursos que reduzem o mundo ao ideologismo superficial e induzem visões de mundo pautadas em ficções que assumem o lugar de dogmas. A complexidade argumentativa é violentada pela irascibilidade e pela acusação desmedida e injustificada. Tudo em nome de uma verdade própria fabricada, mas com a feição de textualidade doutrinal. Nos espaços virtuais da propaganda programada, identidades são produzidas gradativamente por distorções articuladas em rede que encontram uma capacidade cognitiva debilitante e debilitadora, com um poder paradoxal de alimentar outras identidades com as mesmas visões simplistas ou irreais com as quais foi nutrida. No delirante jogo discursivo desse mundo pós-verdade, cada vez mais adormece o senso crítico, bem como a possibilidade de seu aprimoramento. A lógica é pervertida pela cultura do engajamento, seja pelo viés estratégico dos líderes ou empresas, seja pelo aspecto militante dos seguidores que encaminham conteúdos ideológicos de modo automático e entusiasmado. Cultura que fragmenta saberes e grupos sociais e alucina mentes capazes de movimentar seus corpos como partes de mecanismos cujo objetivo é a destruição dos pilares filosóficos, científicos e institucionais das sociedades democráticas.

Compreendendo os efeitos destrutivos dessa força alienante, pode-se analisar o valor da leitura como ato político capaz de combater essa distopia digital em curso. Tendo as tecnologias digitais de informação e comunicação afetado as competências de leitura, a memória e o aprendizado, assim como os saberes racionais consensuais, cabe trazer aqui reflexões sobre o ato de ler e a formação (reforma) da racionalidade comunicativa. Em um mundo de continua desinformação, a leitura torna-se mais do que uma mera ação decodificadora: alcança crescentemente o *status* de reformadora de identidades.

3. A leitura como ato político

Os efeitos das tecnologias digitais nos hábitos e na cognição humana se expressam nas múltiplas transformações culturais em escala global. O mundo digital e o físico agregam influências mútuas e conduzem a inovações incessantes. Como adverte Lévy (1999), a velocidade é paradoxalmente uma constante em mundo fluido e dinâmico; um

mundo impulsionado pelo que ele denominou, com otimismo, de “inteligência coletiva”, referindo-se aos modos de cooperação flexíveis e transversais viabilizados pela internet. Suas considerações, no entanto, não perdem de vista os “venenos” da cibercultura. É o que Carr (2011) analisou amplamente ao apresentar pesquisas acerca da leitura na internet e sua relação com a superficialidade do aprendizado e do pensamento.

Pesquisar o ato de ler considerando tais condicionamentos tecnológicos possibilita uma compreensão mais detalhada não apenas da cognição, mas também da interpelação discursiva nos modos de ser de determinados grupos sociais e culturas. Tal assertiva permite uma constatação: o modo como se lê e compreende textos, atualmente, influencia de forma ampla e práticas sociais. Conforme afirma Orlandi: “nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social” (1988, p. 8). Dentro de uma perspectiva discursiva, a leitura é integrante de uma rede de sentidos que são construídos individual e socialmente. É o que defende Orlandi (1988) ao afirmar que a legibilidade não restringe à textualidade em si, mas também a determinações de natureza, histórica, linguística, ideológica. Concepção essa que descortina novas funções do ato de ler, vinculando-o à constituição da subjetividade e da historicidade. Vale aqui mencionar Fairclough (2001, p. 91-100), que entende o discurso tanto como um modo de representação como um modo de ação capaz que moldar práticas individuais e coletivas, direta ou indiretamente, inoculando efeitos dispersos nas estruturas, relações e lutas sociais.

Por tais motivos, a leitura no mundo digital não se resume ao acúmulo instrumental de informações. O ato de ler nunca foi somente uma prática de caráter pragmático ou uma atividade de entretenimento. Como um evento discursivo, constitui práticas e identidades; trata-se de uma atividade sociocultural complexa que reconfigura convenções e valores, bem como influencia relações interpessoais e de poder. É indiscutível o poder de influência de um livro na naturalização de ideologias. Ainda mais em um mundo hiperconectado, diariamente invadido por um fluxo incessante de imagens e palavras capazes que mobilizar os sentimentos mais profundos. A ordem discursiva da leitura na *web*, ao mesmo tempo, impulsiona sentimentos individuais e viabiliza uma sinergia coesa e difusiva. A legibilidade pode se tornar, nesse contexto, uma fonte consensos automatizados, um paradigma doutrinário de ação ou um viés de cerceamento

de referências. Tudo isso garantido pelo algoritmo do engajamento, pelos *feeds* de notícias ou simplesmente por limitações sociocognitivas mesmo.

O texto vivenciado e replicado na rede tem uma capacidade de influência que não pode ser ignorada. Influência que viabiliza o perigo da aceitação e reprodução passiva e incondicional de inverdades inquestionáveis ou de conceitos distorcidos. Perigo que geralmente se desdobra em comportamentos de anulação do outro ou da própria realidade. Tais riscos ensejam contínuas pesquisas, reflexões e propostas a respeito das características e exigências múltiplas da leitura na atualidade. Principalmente do seu caráter político, considerando-se os efeitos deletérios da discursos ancorados na concepção de pós-verdade.

Refletir sobre o aspecto político da leitura envolve o entendimento desta como uma prática vinculada às transformações sociopolíticas de uma cultura. Para Fairclough (2001, p. 92), a prática discursiva contribui para a reprodução e transformação de uma sociedade. Como discurso constituinte, a leitura no mundo digital avaliza e transforma significados, naturaliza ou reconfigura conceitos, normas e ações. O modo como o indivíduo lê e compartilha, interpreta e age, aceita ou critica textos (verbais e não verbais) em seus engajamentos diários na internet não se restringe mais ao privado simplesmente. Há de fato uma dimensão pessoal, contudo seus efeitos cada vez mais atingem o plano interpessoal. A legibilidade dos textos na rede constrói e desintegra relações e convenções, reconfigurando a racionalidade e produzindo realidades. Por isso, a leitura é um ato político ainda que se submeta ao regime da informação denunciado por Han (2022). O mero consumo vertiginoso de informações na rede reduz possibilidades cognitivas, críticas e criativas e torna oportuna a manipulação, as distorções, as mentiras, o ódio e a impulsividade destrutiva.

As tecnologias digitais de informação e comunicação recrudesceram a dimensão política da leitura. Dimensão que não está relacionada necessariamente ao viés partidário. A emergência da chamada “crise da verdade” exige pesquisas contínuas sobre os aspectos cognitivos da leitura digital e de ações pedagógicas ubíquas, sistemáticas, transversais e institucionais contra o niilismo patológico da pós-verdade. Ainda mais: observa-se a urgência de políticas públicas voltadas à leitura e à cidadania no mundo digital, bem como permanentes renovações no arcabouço legal brasileiro para a responsabilização das *big techs*, seja por inação ou falta de transparência. Debater e construir propostas de ação

sobre a leitura na era da informação e sua dimensão política significa uma abertura maior de espaço para uma ação política de construção e não de destruição. Se de um lado, observa-se a degradação da racionalidade e de valores pela leitura superficial, acrítica e sem referenciais fidedignos; por outro, é preciso investir ainda mais em estudos e reflexões que denunciem essa realidade e tornem possíveis estratégias combativas. O trajeto de construção, no entanto, é longo e laborioso e exige um verdadeiro engajamento da inteligência coletiva.

Considerações finais

A vinculação entre leitura e cidadania torna-se cada vez mais visível quando se consideram as incessantes rupturas engendradas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação e as práticas a partir delas condicionadas. Mais do que um espaço de troca e colaboração, a rede tem influenciado decisivamente na constituição da subjetividade, alterando a cognição, o ato de ler e a própria relação do indivíduo com o conhecimento. Realidade essa que tem redimensionado globalmente valores políticos e socioculturais e impactado a qualidade das relações cívicas. No espetáculo digital da indigência intelectual da pós-verdade, testemunha-se a deturpação em massa da lógica, da criticidade e do próprio discurso em prol de interesses de grupos de poder. Diante desse amplo processo de perdas e inversões, compreender a dimensão política do ato de ler impõe-se como instrumento de combate à crise da verdade e à desinformação. Dimensão que integra necessariamente leitura e cidadania, uma vez que reconhece a legibilidade como ponto de partida para a construção de sociedades mais abertas ao diálogo de formação. Nesse reconhecimento, a legibilidade, mais do que fonte de aprendizado individual, torna-se força propulsora para uma sociedade em formação permanente, tendo como fundamento uma verdadeira sinergia de mentes abertas ao conhecimento e à interatividade produtora deste.

O desenvolvimento da dimensão política da leitura envolve a conscientização do leitor acerca das armadilhas tecnológicas aos quais está constantemente exposto, assim como a necessidade de conhecer ferramentas do mundo digital que podem se contrapor ao universo paralelo dos algoritmos e dos conteúdos não factuais. A oposição entre leitura física e digital não se sustenta mais. Saber transitar entre os dois é o desejável; contudo, é preciso ter em mente que a *web* cada vez mais tem se apoderado da cognição humana.

Saber buscar fontes seguras, atestar imagens e informações falsas ou tendenciosas e reconhecer obras e autores de referência nas múltiplas áreas do conhecimento são exemplos de competências poderosas em mundo dominado pelo consumo emotivo de conteúdos e produtos. Promover a leitura como ato político significa, portanto, em um primeiro momento, demonstrar como a rede e seus suportes tecnológicos a afetam, bem como as consequências individuais e sociais desses efeitos. Em um segundo momento, torna-se inevitável o desenvolvimento de competências de leitura para o mundo digital por meio de ações humanas e ferramentas tecnológicas que auxiliem nesse processo, considerando-se os perigos da pós-verdade e as práticas comunicativas da contemporaneidade. Transformadas em instrumento de aprendizado e transformações substanciais a serviço do bem comum, as tecnologias digitais de informação e comunicação podem se tornar, nessas etapas, o *pharmakon* de novas revitalizações socioculturais e políticas.

Referências bibliográficas

CARR, Nicholas. **A geração superficial**: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Tradução de Mônica Gagliotti Fortunato. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. café. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: la digitalización e la crisis de la democracia. Tradução de Joaquín Chamorro Mielke. Madrid: Taurus, 2021.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Trans)

_____. Pierre Lévy: “Muitos não acreditam, mas já éramos muito maus antes da internet”. El País, 01 jul. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/eps/2021-07-01/pierre-levy-muitos-nao-acreditam-mas-ja-eramos-muito-maus-antes-da-internet.html>>. Acesso em: 24.03.2023.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 3. ed. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cutrix, s/d.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da UNICAMP, 1988.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Tradução Vera Ribeiro. 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

THE ECONOMIST. Art of the lie: politicians have always lied. Does it matter if they leave the truth behind entirely?. The Economist, 10 set. 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie?>>. Acesso em 24 mar. 2023.

VERGNANO-JUNGER, Cristina. Crise na leitura e formação de leitores: uma questão de política linguística? Disponível em: <<https://www.e-publicações.uerj.br/index/.php/matraga/article/view/23131>>. Último acesso em: 24 mar 2023.